

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em Reais

NOTA I – CONTEXTO OPERACIONAL

1 – Atos Constitutivos

A Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL é uma empresa pública vinculada à Secretaria de Estado de Transportes, resultante da cisão da Companhia Fluminense de Trens Urbanos – FLUMITRENS, em cumprimento aos Decretos nº 27.898, de 09 de março de 2001 e nº 28.313, de 11 de maio de 2001 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30/05/2001, tendo como data base o Balanço levantado em 30/04/2001, para efetiva operação.

2 – Objeto Social

A Companhia tem por objeto a implantação, construção e a exploração do transporte de passageiros sobre trilhos ou guiados, bem como todas as atividades conexas, tais como a exploração de estacionamento e de seus bens e direitos patrimoniais, a comercialização de marcas ou insígnias e de espaço para propaganda, a prestação de serviços de consultoria em matéria de sua especialidade, de manutenção de equipamentos, a implantação e construção de sistemas de transportes e terminais de passageiros, e ainda, a participação em outras empresas com objeto social correlato.

NOTA II – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis incorporam os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), desde que aplicáveis, em vigor até a data da conclusão e elaboração destas demonstrações.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as determinações da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações e alterações introduzidas pelas leis nº 11.638/07 e 11.941/09, seguindo os princípios emanados da legislação societária, cujos valores foram extraídos do SIAFE-RIO – Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro, baseado na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, que institui normas gerais de direito financeiro para elaboração, execução e controle de orçamentos e balanços da União, Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Dessa forma, conforme Circular 02/2009, da CGE de 29/01/09, as Subvenções para Investimentos registradas em 2008, foram reclassificadas para o grupo Receitas Diferidas – Subvenções Governamentais para Investimentos, o saldo da conta Lucro ou Prejuízo Acumulado foi transferido para conta Prejuízo Acumulado.

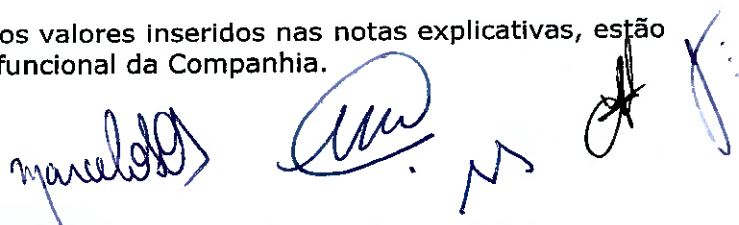
NOTA III – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

1 – Circulante e Não Circulante

Os direitos e obrigações estão demonstrados no Circulante (curto prazo), quando vencíveis no próximo exercício e no Não Circulante (Longo Prazo) os que o ultrapassam.

2 – Critérios de Avaliação

2.1 – As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Em Reais

2.2 – Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as data de balanço.

2.3 – Os valores a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidos da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber

2.4 – Os almoxarifados (estoques) são representados por materiais destinados à manutenção, conservação e benfeitorias das instalações e equipamentos envolvidos nas atividades operacionais e estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excedem ao valor de mercado.

2.5 – Os valores registrados em investimentos estão avaliados a preço de custo e são os bens objeto de concessão à Supervia e que, deverão, no final do prazo de concessão, serem devolvidos à Central no estado em que se encontravam na data da concessão. Também o imobilizado está a preço de custo

2.6 – Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

2.7 – Os demais ativos são apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8 – As obrigações são demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.9 – Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

2.10 – A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para as causas cíveis e trabalhistas, de acordo com expectativa de perda, conforme nota explicativa nº 4.2.

3 – Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício. O registro contábil da despesa e receitas próprias da Companhia segue o regime de competência. As receitas oriundas de subvenções do Estado são registradas pelo regime de caixa, pela data da movimentação financeira do Estado em consonância com os procedimentos contábeis estabelecidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC n.º 774/94.

4 – Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração utilize estimativa e adote premissa, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de Ativos e Passivos, assim como, os valores de receitas e despesas. Os principais valores estimados decorrem da provisão para passivos contingentes. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.



COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em Reais

5 – Considerações Gerais

Obedecendo ao conceito de transparências das demonstrações financeiras destacamos alguns grupos de contas para demonstração dos saldos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, conforme a seguir.

NOTA IV – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 – Ativo Circulante

1.1 – Caixa e equivalentes de caixa

COMPOSIÇÃO	31/DEZ/2022	31/DEZ/2021
Caixa	20.592,00	0,00

- ❖ O saldo de R\$ 20.592,00 apresentado no Caixa decorre de registro de receita do Bônus de Santa Teresa no período de 26 a 31 de dezembro de 2022, cujos valores não foram reconhecidos pelo sistema SIAFERIO dentro do exercício de 2022, ocorrendo tão somente no início de 2023 através das 2023GR00011 e 2023GR00016 nos dias 03 e 04/01/2023 respectivamente.

1.2 – Bancos c/Movimento

COMPOSIÇÃO	31/DEZ/2022	31/DEZ/2021
Banco Itaú S/A	146,35	146,35
Banco Bradesco S/A	0,00	8.292,19
TOTAL	146,35	8.438,54

- ❖ A conta do Itaú que apresenta o saldo de R\$ 146,35 encontra-se bloqueada. O valor do saldo corresponde a bloqueio judicial que está à disposição da justiça sem ingerência desta Companhia.

1.3 – Depósitos a Disposição do Tesouro

COMPOSIÇÃO	31/DEZ/2022	31/DEZ/2021
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	14.502,98	14.503,98
Limite de Saque Sujeito e Programação Financeira	1.521.700,69	1.912.548,24
Limite de Saque Sujeito a Liberação	1.535.156,20	361.335,31
TOTAL	3.071.359,87	2.288.387,53

- ❖ O limite de saque é o processo pelo qual o Órgão central de programação financeira controla os pagamentos dentro de cada fonte de recursos, de forma a vincular a liberação com a respectiva despesa. O controle é da SEFAZ.

1.4 – Valores a Receber

Está representado principalmente pelos Valores a Receber, conforme composição abaixo, referente à Receita com aluguéis (permissão de uso) residenciais e comerciais sendo abatida a provisão para devedores duvidosos, cessão de servidores, cotas financeiras a receber, diversos responsáveis por danos, e em faturas a receber pela receita de venda de passagens dos Bondes, com cartão de débito e crédito, na operação dos Bondes de Santa Teresa.



COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em Reais

COMPOSIÇÃO	31/DEZ/2022	31/DEZ/2021
Permissionários – Aluguéis	6.738.559,94	5.668.538,94
Provisão p/ Devedores Duvidosos	(405.933,62)	(597.552,66)
Cessão de Servidores	1.161.022,05	1.385.147,04
Faturas/Duplicatas a Receber	170.840,01	58.192,41
Cotas Financeiras a Receber	3.006.938,65	3.824.747,63
Diversos Responsáveis por Danos	304.509,47	304.509,47
Depósitos Recursais	87.232,95	0,00
Indenizações e Restituições a Receber	23.246,12	23.246,12
Adiantamentos Diversos	160.666,73	191.967,70
TOTAL	11.247.082,30	10.858.796,65

- As Cotas Financeiras a Receber correspondem ao registro das subvenções, enquadradas no regime de competência das despesas reconhecidas no período.

2 – Ativo Não Circulante

2.1 - Realizável a Longo Prazo

Está representado pelos valores a receber a longo prazo que tenha extrapolado o valor de 01 exercício

COMPOSIÇÃO	31/DEZ/2022	31/DEZ/2021
Recursos a Receber Decreto 46.495/2018	2.023.679,56	2.023.679,56
Depósitos Recursais	11.194.371,35	11.323.185,71
Outros Valores a Receber – L.P.	924.022,03	924.022,03
TOTAL	14.142.072,94	14.270.887,30

2.1.1 – Recursos a receber Decreto Estadual 46.495/2018

Em 14 de novembro de 2018, o Governo do Estado do Rio de Janeiro editou o Decreto 46.495/2018 que dispõe sobre o controle dos recursos financeiros subtraídos das contas bancárias dos diversos órgãos e entidades do Governo do Estado do Rio de Janeiro em decorrência dos arrestos e sequestros judiciais movidos contra o Estado, e dá outras providências. Em seu artigo primeiro o referido Decreto determinou que "Os órgãos e entidades do Governo do Estado do Rio de Janeiro deverão controlar em registro específico no sistema de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro – SIAFERIO, os recursos a receber e a ressarcir decorrente de arrestos e sequestros judiciais com repercussão nos órgãos e entidades do Estado nos exercícios de 2016, 2017 e 2018".

2.1.2 – Depósitos Recursais

Está representado pelos depósitos recursais referentes as causas trabalhistas contra a Central, Flumitrens "em liquidação" e CTC "em liquidação" cujos processos por determinação judicial foram transferidos para a Central, como Empresa sucessora.

2.2– Investimentos

São registrados nesta conta os bens concedidos através do edital de Concessão, bem como

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em Reais

os relativos aos Investimentos realizados mediante empréstimo do BIRD e contrapartida do Governo do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o estabelecido pelo PET – Programa Estadual de Transportes.

CONTAS	SALDO 31/dez/21	ACRÉSCIMOS	BAIXAS	SALDO 31/dez/22
Bens Imóveis - subtotal	539.193.190,71	-	-	539.193.190,71
Terrenos	73.923.247,21	-	-	73.923.247,21
	55.506.784,67	-	-	55.506.784,67
	23.687.957,08	-	-	23.687.957,08
Superestrutura da Linha	151.660.194,02	-	-	151.660.194,02
	93.011.526,40	-	-	93.011.526,40
	85.370.573,00	-	-	85.370.573,00
	30.745.319,70	-	-	30.745.319,70
Instalações Fixas e Elétricas	24.572.015,30	-	-	24.572.015,30
Outras Instalações Fixas	715.573,33	-	-	715.573,33
Bens Móveis - subtotal	408.458.503,22	-	-	408.458.503,22
Locomotivas	448.139,95	-	-	448.139,95
Trens Unidade Elétricos	350.108.210,98	-	-	350.108.210,98
Carros e Vagões	57.711.965,74	-	-	57.711.965,74
Bens Móveis a Incorporar	-	-	-	-
Projetos em Andamento	190.186,55	-	-	190.186,55
Outros Investimentos - subtotal	455.189.747,36	-	-	455.189.747,36
Obras em Andamento	37.766.114,96	-	-	37.766.114,96
Adps. Transf. Máquinas e Equipamentos	395.212.060,64	-	-	395.212.060,64
Antecipações Contratuais	18.167.912,17	-	-	18.167.912,17
Reparo e Manutenção de Bens Imóveis	4.043.659,59	-	-	4.043.659,59
TOTAL	1.402.841.441,29	-	-	1.402.841.441,29

2.3–Imobilizado

Figuram neste grupo os bens necessários às atividades administrativas, sendo deduzida a depreciação acumulada que é calculada pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal. Os bens ainda registrados no ativo imobilizado, utilizados nos ramais ferroviários explorados pela SUPERVIA, serão reclassificados para o Investimento. A composição do imobilizado é a seguinte.

MS

marcelo

AM

Y

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL

CNPJ 04.585.463/0001-13

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em Reais

CONTAS	31/12/2021	31/12/2022			
	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	ACRÉSCIMOS (BAIXAS)	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	VALOR LÍQUIDO
Via Permanente, Edif./Instalações					
Terrenos	6.937.532,69	6.937.532,69	-	-	6.937.532,69
Leito de Linha	21.543.331,21	21.543.331,21	-	-	21.543.331,21
Obras de Arte	7.527.415,09	11.339.031,14	-	3.953.353,96	7.385.677,18
Superestrutura da Linha	2.991.447,62	40.253.556,92	-	38.602.552,75	1.651.004,17
Edifícios e Dependências	11.253.019,75	24.142.019,46	-	13.370.165,86	10.771.853,60
Sinal. E Telecomunicação	12.562.326,70	106.389.895,92	-	97.370.352,79	9.019.543,13
Rede Aérea de Tração	1.907.335,14	16.823.930,11	-	15.476.831,86	1.347.098,25
Instalações Fixas/Energia Elétrica	2.783.734,52	23.378.724,06	-	21.373.501,09	2.005.222,97
SUB TOTAL	67.506.142,72	250.808.021,51	-	190.146.758,31	60.661.263,20
Equips. E Transportes Ferroviários					
Locomotivas Diesel	470.330,57	1.598.790,15	-	1.128.459,58	470.330,57
Trens Unidades Elétricas	8.973.074,55	54.426.970,16	-	45.453.895,61	8.973.074,55
Carros	4.323.292,33	6.281.076,34	-	1.957.784,01	4.323.292,33
Vagões	882.476,48	2.159.163,75	-	1.276.687,27	882.476,48
Containers	295,03	2.625,99	-	2.330,96	295,03
SUB TOTAL	14.649.468,96	64.468.626,39	-	49.819.157,43	14.649.468,96
Outros Equip. de Transportes					
Veículos Rodoviários	-	197.151,92	-	197.151,92	-
Equips. Rodante Auxiliar	-	2.265.998,90	-	2.265.998,90	-
SUB TOTAL	-	2.463.150,82	-	2.463.150,82	-
Equips. Máquinas e Ferramentas	81.141,72	1.719.271,05	2.947,54	1.638.129,33	84.089,26
Outras Imobilizações	511.684,27	2.402.895,07	79.032,20	1.891.210,80	590.716,47
Imobilizações em Andamento	523.325,40	523.325,40	-	-	523.325,40
Obras em Andamento	655.924,20	655.924,20	-	-	655.924,20
Bens Móveis em Trânsito	749.700,00	749.700,00	-	-	749.700,00
TOTAL	84.677.387,27	323.790.914,54	81.979,74	245.958.406,69	77.914.487,49

✓ **Equips. Máquinas e Ferramentas** englobam as contas 123110102, 123110103, 123110114, 123110120, 123110121, 123110144 e 123110162.

✓ **Outras imobilizações** englobam as contas 123110106, 123110112, 123110117, 123110118, 123110119, 123110123, 123110141 e 123110801.

2.3.1 - Análise de recuperabilidade dos Ativos (impairment - test) e estimativa de vida útil.

A Companhia informa que não elaborou o teste de recuperabilidade de ativo para o exercício de 2020 e anteriores, para avaliar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização ("impairmenttest"), de acordo com as disposições do **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos** e do disposto na Lei 11.638, de 28 de setembro de 2007. Além disso, a Companhia não efetuou a avaliação de seu ativo imobilizado para determinação das taxas de vida útil remanescentes, de acordo com as disposições do **Pronunciamento Técnico CPC 27 (R1) - Ativo Imobilizado**, cujas taxas de





COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em Reais

depreciação estão demonstradas no quadro acima e correspondem às taxas fiscais determinadas pelo Regulamento do Imposto de Renda.

Esclarecemos que está em curso na Companhia processo para contratação de Empresa que irá realizar um inventário geral, para a adequação dos bens que possibilitará a execução dos CPCs acima descritos.

2.3.2 - Sistema de Bondes de Santa Teresa

Em atendimento à determinação do TCE/RJ, com orientação da CGE e aprovação da Central através da Resolução de Diretoria Executiva nº 233/12 de 25/06/12, foram incorporados ao Imobilizado, os Ativos Operacionais do Sistema de Bondes de Santa Teresa alienados à CENTRAL pela Companhia de Transportes Coletivos CTC-RJ “em liquidação” no valor de R\$ 3.786.257,06, conforme Proc. E-10/300.171/2012 e contrato assinado em 20/12/02.

2.4 – Intangível

Neste grupo está registrado o Direito de Uso – Softwares. O saldo desta conta em 31/12/2022 foi de R\$33.854,85 (em 31/12/2021 R\$ 33.854,85)

3 – Passivo Circulante

3.1 – Fornecedores e Credores

Estão registrados neste grupo os fornecedores e credores inscritos em Restos a Pagar, a partir de 2017 com a implantação do SIAFERIO, até 31 de dezembro de 2021.

3.2 – Fornecedores e Credores Saldos Migrados do SIAFEM

Estão registrados neste grupo os fornecedores e credores inscritos em Restos a Pagar até 2016 migrados do SIAFEM

4 – Passivo Não Circulante

4.1 – Tributos Federais Negociados

Trata-se da adesão pela Central em 2017 ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, e em 2021 ao Parcelamento de dívidas junto a PGFN, conforme apresentado abaixo:

Tributos Federais Negociados - PERT	
PREVIDENCIÁRIO	
Total da dívida Negociada em 120 parcelas	R\$ 13.913.064,68
Saldo da dívida em 31/12/2022 - SIAFERIO	R\$ 7.605.808,97
DEMAIS DÍVIDAS	
Total da dívida Negociada em 120 parcelas	R\$ 182.833,50
Saldo da Dívida em 31/12/2022 - SIAFERIO	R\$ 93.276,15
PGFN	
Total da Dívida negociada em 60 parcelas	R\$ 355.830,00
Saldo da Dívida em 31/12/2022 - SIAFERIO	R\$ 287.352,25

Handwritten signatures and initials:
marcelo
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Initials]

COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em Reais

4.2 - Provisões para Contingências

As demonstrações contábeis registram as provisões para ações trabalhistas **prováveis** no valor de R\$ 433.824.420,03 e ações cíveis **prováveis** no montante de R\$ 321.401.448,29, (R\$ 401.513.769,37 e R\$ 190.693.823,16 em Dezembro 2021) atualizados em 31/12/2022 através do processo SEI-100006/001780/2022 com base nas informações prestadas pela ASSJUR/CENTRAL.

De acordo com as informações prestadas pela ASSJUR/CENTRAL no processo SEI-100006/001780/2022 as ações trabalhistas **possíveis** apresentam o montante de R\$ 7.838.593,44 e as ações cíveis **possíveis** atingem o valor de R\$ 319.989.215,41

5 –Patrimônio Líquido

O Capital Social apresenta o valor de R\$ 996.251.938,23 (novecentos e noventa e seis milhões, duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e trinta e oito reais e vinte e três centavos) e está representado por 72.884.769.814 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

ACIONISTAS	QUANT. DE AÇÕES
Estado do Rio de Janeiro	72.884.768.867
Cia de Transp. Coletivos do Est. do Rio de Janeiro – CTC" em liquidação"	947
TOTAL	72.884.769.814

NOTA V – CONTRATO DE CONCESSÃO

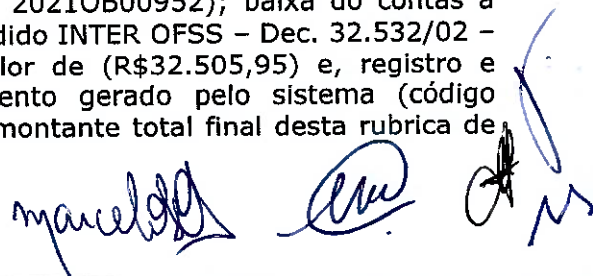
O Governo do Estado do Rio de Janeiro assinou os Termos Aditivos 6º, 7º, 8º e 9º ao contrato de concessão de Serviços Públicos de Transporte Ferroviário, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Supervia Concessionária de Transporte Ferroviário. Também citado na NOTA IV, item 2.2. A execução desses termos causará reflexos, ainda não dimensionados, ao Patrimônio da CENTRAL.

NOTA VI – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício apurado apresenta em 31/12/2022 o prejuízo de R\$ 166.625.813,56, que se encontra demonstrado no DRE (Demonstração do Resultado do Exercício). O prejuízo acumulado em 31/12/2022 perfaz o valor de R\$ 902.933.925,13. Apesar dos prejuízos acumulados, a continuidade da operação da Companhia é garantida pelo acionista controlador, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, encontra-se registrado no Passivo.

NOTA VII – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Os valores registrados na conta de ajustes de exercícios anteriores demonstrados na DMPL (Quadro 3), consistem na seguinte composição: Regularização do depósito realizado em 21/12/2021, pela CEF, na conta do Banco Bradesco, no valor de R\$ 1.562,91 referente ao processo judicial nº 0000183-09.2012.5.01.0030 de Antonio Manuel Souza Duarte (Obs.: Valor transferido para conta única em 28/12/2021 através da 2021OB00952); baixa do contas a receber relativo ao cancelamento do crédito de pessoal cedido INTER OFSS – Dec. 32.532/02 – cessação de empregado à Prefeitura de Vitória/ES no valor de (R\$32.505,95) e, registro e reconhecimento da obrigação DEA através de Documento gerado pelo sistema (código 22005083) no valor de (R\$ 58.561,82), apresentando o montante total final desta rubrica de (R\$89.504,86)



COMPANHIA ESTADUAL DE ENGENHARIA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA – CENTRAL
CNPJ 04.585.463/0001-13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022
Em Reais

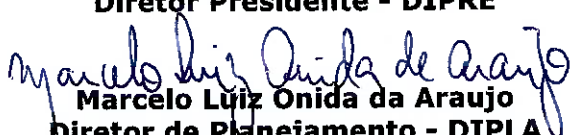
NOTA VIII – INSTRUMENTOS FINANCEIROS.

Os instrumentos financeiros registrados contabilmente possuem valores de mercado que não diferem de forma significativa dos valores contabilizados. Não é política de a Empresa operar com derivativos.

NOTA IV – EVENTOS SUBSEQUENTES

Os registros contábeis e as operações da Empresa estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais e eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.


Fabrício Abílio Duarte de Moura
Diretor Presidente - DIPRE


Marcelo Luiz Onida da Araujo
Diretor de Planejamento - DIPLA


Ary Arruda Filho
Diretora de Engenharia e Operação - DIREO


Heitor Luiz Maciel Pereira
Diretor de Administração e Finanças - DIRAF


Julio Cesar Pereira Magina
Contador CRC/RJ 25923/0